

INTRODUÇÃO

Num contexto marcado pela crise mais profunda no mundo desde o *crash* da bolsa de 1929, com um caminho de águas abertas no sistema econômico capitalista, com uma situação de quebra que, longe de ser simplesmente econômica, apresenta com claridade o colapso político, cultural, ético, de confiança, social e de representação –no duplo sentido: política e de imagem– parece lógico esperar que problemas em aparência escondidos e na verdade latentes se manifestem com toda a sua fúria. Um desses problemas é o que se refere aos direitos dos povos para tomar as rédeas de sua língua, a sua cultura, os seus costumes e os seus destinos. Em resumo, para decidirem o seu futuro ou, dito com outras palavras, para se falarem sobre as questões da identidade e a soberania. O Estado, curiosamente, costuma repetir que a preocupação fundamental da cidadania centra-se em aspectos que têm a ver com as necessidades básicas, lógica em que, em muitas ocasiões, caem também movimentos que se opõem a aquele. Independentemente de que deve ser essencial praticar o que Raul Cerdeiras tem chamado a subtração à política da sobrevivência diária¹, e os representantes do Estado afirmarem teimadamente que entre as aspirações populares não ficam incluídas as que dizem respeito da identidade ou as relativas a direitos coletivos, alguns dados parecem fornecer outras informações.

Porque, na verdade, não deixa de ser sintomático que –focando-nos exclusivamente na Europa– podemos explicitar um duplo movimento de características ao mesmo tempos centrípetas e centrífugas. Certamente, se fazermos uma análise muito superficial da situação mundial, vemos que em 1945 a ONU estava composta por 74 nações independentes, número que atualmente se aproxima a 200. Quanto ao continente europeu nas últimas duas décadas, olha-se que, no final de 1995, a UE consistia em 15 estados, enquanto a instituição acolhe hoje 27 membros. Isso daria ideia, em primeiro lugar, do processo de concentração europeia, da marcha em direção a uma unidade superior e, finalmente, do avanço no sentido para o que os apologistas do modelo chamam

1 Cerdeiras, R. (2001) “La política en el pensamiento y la acción del zapatismo”, p. 46

a inevitável queda das fronteiras e a marcha ininterrompida cara a um mundo cada vez mais interligado. Esquecendo que as únicas fronteiras são as que erguem as potências ocidentais –valado de Melilha, arameira em Hungria, muro em Israel– assim como as escassas unidade, camaradagem, lealdade e solidariedade que presidem as relações governamentais entre os vinte e sete, o processo de unidade europeia deve completar-se com outro que de maneira sistemática se óbvia e que serve, de maneira fulcral, ao propósito deste texto: neste período apareceram em Europa uma dúzia de novos estados independentes, enquanto, paralelamente, se manifestam os mesmos processos abertos em vários pontos da Europa que atingem, de maneira evidente pelo menos, os Estados francêss, belga, italiano, inglês e espanhol. Acreditamos que não se deve cair na tentação de tentar explicar esta ocorrência apenas em termos da *situação* atual, herdeira do colapso das antigas URSS e Iugoslávia. Em primeiro termo, porque, como bem se tem dito, a situação é sempre fundamentalmente a *situação política*² e em segundo, porque esta tendência não ocorre só nos últimos quinze anos, mas é, de fato, secular. Com efeito, se se toma como referência o último milênio, observa-se que houve, no século X, seis línguas nacionais plenamente desenvolvidas na Europa; no início do século XIX, o número foi de 16; cem anos mais tarde, cerca de 30 e nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, foram registradas 54 línguas nacionais³. Na atualidade, existem na União Europeia 11 línguas oficiais para o desenvolvimento do trabalho de dita instituição, mas em toda Europa, sobre um total duns 350 milhões de pessoas existem uns 50 milhões a falarem línguas diferentes das oficiais⁴, o qual constitui uma percentagem de quase um 15%. Portanto, parece que se verifica que, em princípio, o sinal da história é, de preferência –pelo menos no que atinge ao aparecimento de línguas nacionais e de estados– de desintegração e não de compactação

2 Balibar, Etienne. (2001) “Entrevista”, p. 11

3 López Suevos, R. (1983) *Dialectica do desenvolvimento: naçom, língua, classes sociais*, p. 77

4 Fernandez Rei, F. (2003) “As línguas románicas minorizadas e o seu futuro na era da globalización”, p. 27-8, em Bringas López, A. & Martín Lucas, B. *Nacionalismo e globalización. Lingua, cultura e identidade*.

talvez porque, como afirma o lema da própria União Europeia, *In varietate concórdia*.

Os Estados-nações que acabamos de mencionar possuem no seu interior realidades nacionais que se esforçam por alcançar diferentes graus de liberdade, que vão desde o desejo de expandir a sua autonomia e desenvolver um maior processo de des-centralização administrativa aos que colocam de modo explícito a questão do direito à autodeterminação, independência e, em última análise, a construção do seu próprio estado. No processo de agregação de forças, que visa vigorar a identidade, um elemento básico –ao pé de outros como poderiam ser o folclore, a gastronomia, ou a paisagem– é o idioma, normalmente marginalizado, porque, como se tem afirmado, a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também de opressão⁵, como compreenderam e executaram as diferentes formas de exercício colonial e imperial. Esse lugar ocupado pela língua, no processo de consolidação e emancipação nacional, faz-se presente no interior do Estado espanhol: em primeiro lugar, através da reivindicação constante de direitos linguísticos na Catalunha, Galiza e Euskal Herria; por outra na hostilidade por parte do Estado que, em geral –e precisamente por ser dita hostilidade de natureza estatal– se pode dizer que é constante e, no essencial, independente da orientação política do partido que ocupa o governo, assumindo-se que não há divergência real entre as escolhas partidárias que, nas quatro últimas décadas, desfrutaram de maiorias, absolutas ou relativas, na Câmara dos Deputados do Estado Espanhol.

Porém, na esteira de L. J. Calvet e B. Anderson, nalguns casos a linguagem pode ser menosprezada –América no que diz respeito de espanhóis e portugueses, África de franceses– na luta pela independência, como possivelmente está acontecendo neste exato momento para o caso de língua gaélica escocesa, falada hoje por um número de pessoas entre 20.000 e 30.000⁶ –numa população total duns 5 milhões– e cujo mantimento não deve constituir uma prioridade, pelo menos em relação à

5 Calvet, L.-J. (1974) *Linguistique et colonialisme*, p. 64

6 <http://www.endangeredlanguages.com/?hl=es#/4/46.959/-3.049/0/100000/0/low/mid/high/unknown>

posição mantida pelo SNP-Scottish National Party, na sua procura da independência com respeito ao Reino Unido. A morna –do nosso ponto de vista– atitude do SNP⁷ oferece, em qualquer caso, a oportunidade de questionar o fato de se um processo de emancipação está ou não completo se não for também acompanhada pela emancipação linguística⁸. Em realidade, a posição do SNP não constitui, nem muito menos, uma novidade nos processos de libertação nacional, já que, como se encarrega de nos lembrar num texto considerado clássico, Benedict Anderson, nem no Brasil, nem nos EEUU, nem nas colônias espanholas a língua era um elemento diferencial e não constituiu um elemento basilar nas primeiras lutas de emancipação nacional⁹.

Em relação ao Estado espanhol, como foi observado, deve-se ressaltar, porém, que os movimentos de emancipação galego, basco e catalão colocaram, e colocam, com sucesso variável, a questão da língua no centro da sua luta, considerando que o idioma é um fator essencial na definição da identidade. Assim, ao longo dos últimos séculos, as forças defensoras da identidade nacional da Galiza, converteram tradicionalmente o idioma no eixo basilar de defesa da identidade nacional. Paradigmática é, neste sentido, a frase de Vicente Risco em *O problema político de Galiza*: “un idioma é sempre o signo exterior e cecais o determinante dunha cultura (...) abonda o idioma para constituir unha minoría nacional”¹⁰. Afirmações semelhantes podem-se debulhar em múltiplos textos defensores ou impulsores da realidade nacional galega. Provavelmente uma das primeiras e mais importantes conclusões deste estudo seja a constatação dum fato que ultrapassa largamente os seus limites, centrados numa fração do jornalismo na Internet: a rude fenda que existe entre a impor-

7 o dia 22 de fevereiro de 2013, numa palestra em Vigo, o euro-deputado do SNP Ian Hudgton confirmou o ponto de vista de considerar a defesa do gaélico uma questão sem importância.

8 Calvet, L.-J. (1974) *Linguistique et colonialisme*, p. 152

9 “whether we think of Brazil, the USA, or the former colonies of Spain, language was not an element that differentiated them from their respective imperial metropolises. (...) Indeed, it is fair to say that language was never even an issue in these early struggles for national liberation” em Anderson, Benedict (1983) *Imagined communities*, p. 47

10 Risco, V. (1976) *O problema político de Galiza*, p. 22

tância teórica e declarativa dada à língua, ainda no dia de hoje, e o péssimo trato, na expressão oral e escrita, que esta recebe por parte de quem garantem ou prometem defendê-la, mima-la, cultiva-la.

Essa permanência do fator idiomático que vimos de sinalar na definição da nação decorreu historicamente paralela a outra consideração: a da identificação profunda, para além de diferenças superficiais, do bloco galego-português. Essa linha, *grosso modo*, pode-se rastejar, a partir do século XVIII, ao longo de quase 300 anos em textos escritos: as suas primeiras mostras manifestam-se na escrita do padre Feijoo, e, numa longa linha que percorre os séculos XVIII, XIX e XX, atravessando o Rexurdimento, o galeguismo e o nacionalismo. Movimentos culturais, como o grupo Nós ou o Seminário de Estudos Galegos, organizações políticas, como as Irmandades da Fala, pessoas tão diversas como Manuel Murguía e Álvaro Cunqueiro, Castelao e Basilio Losada, J. V. Viqueira e Valentin Paz-Andrade defenderam essa identificação. As discrepâncias articulavam-se por volta da velocidade ou vagar com que se tinha de produzir o achegamento, mas a unidade linguística galego-portuguesa era uma questão que pairava sobre todos os setores que defendiam e aguilhoavam o avanço da língua e a cultura.

Depois de 250 anos de acordo essa situação começou um processo de cisão nos primeiros anos da década dos setenta, coincidindo com o esgotamento da ditadura. As greves na universidade e nos setores operários, os problemas que em Euskal Herria e Catalunya –e na Galiza, em menor proporção– explodiam por culpa da questão nacional faziam ver aos franquistas mais esper-tos a necessidade de arranjam um novo marco que pejasse até onde for possível o acesso a situações “excessivamente” democráticas. A respeito das nações, o Estado decidiu trabalhar no sentido de fracionar o campo de quem, na prática, considera os seus adversários culturais e políticos. Foi assim como, ao tempo que se aprofundava nas diferenças entre o Reino de Navarra e o País Basco ou entre os idiomas catalão e valenciano, começou a se tecer a lenda que fazia de *galego e português duas línguas diferentes*, paralela à que afirma a “imposição” do galego sobre o espanhol, a que apontava que o feminismo só queria “virar a

tortilha” e avassalar o gênero masculino ou as que proclamavam as bondades monárquica e constitucional, processos todos eles que têm a ver com a construção do imaginário e, na esteira de Christian Salmon, com a produção de *relatos*, assim como com a dificuldade de derrubar dito registro mediante a enunciação do novo.

Para levar a cabo essa estratégia era precisa a existência duma entidade que, desde o interior da própria Galiza, cumprisse tal função. Essa entidade, criada no regime de Franco, recebeu o significativo nome de *Instituto de la Lengua Gallega* (sic) que só adotaria o idioma do país para o seu nome anos depois da morte do ditador. O ILG iniciou o seu ensino do galego partindo, questão original, do espanhol, ao tempo que proclamava o seu pendor antilusista e estabelecia uma fenda num discurso mantido ao longo da história do galeguismo ou o nacionalismo, tentando um desenvolvimento “controlado” da língua galega e a roça do caminho para ajeitar o idioma ao processo que se enxergava na lonjura. A intenção era estruturar uma alternativa padronizada de não emancipação que encaixasse no projeto dum futuro regionalismo encarregado de desenhar um sistema hierarquizado no que a *língua espanhola oficial* do Estado ocupasse um lugar sobranceiro e *as demais* línguas –nem sequer referenciadas polos seus nomes na Constituição¹¹– o de “línguas autonômicas”. Para isso era preciso uma direção que não propusesse alternativas que escapassem do marco constitucional e uma formulação estrita, desde o primeiro instante, de caráter “antilusista”. Neste sentido, do ponto de vista duma perspectiva estatal, a escolha entre Constantino Garcia González e Ricardo Carvalho Calero não deveria oferecer dúvida nenhuma. E para isso precisava-se também uma estrutura cujo prestígio simbólico ninguém discutisse e que não podia ser outra que a Universidade, que servia assim de cobertura ao Instituto da Língua Galega. A partir desse instante a intolerância a respeito do galego-português cresceu na mesma medida que medrava a permissividade para a entrada do espanhol nos níveis léxicos, morfológicos, sintáticos ou

11 Constituição espanhola: “el castellano es la lengua oficial del Estado (art. 3.1) (...) “las demas lenguas ...” (art. 3.2)

semânticos do galego. Ao tempo que o poder político inspirava a meada normativa –pretensamente uma questão de especialistas, isolada da política– agia também no campo estritamente ideológico, construindo a noção de *minoría* e, conseqüentemente de *língua minoritária*. Todos estes processos desenvolviam-se não sem contradições entre o bloco formado polo Instituto de la Lengua Gallega, a Real Academia Gallega (nome da instituição até o ano 2000) e a Editorial Galaxia, estas duas últimas simbolizadas por um home, Ramón Piñeiro, que, como se verá, se proclamara sempre membro duma tradição pertencente ao *mundo galego-português*, o *pensamento galego-português* e mesmo a *comunidade espiritual galego-portuguesa*.

Contrasta, aliás, o caráter monolítico do que se poderia chamar a facção oficial com o pensamento real existente no setor da sociedade que mostra interesse ou preocupação polo idioma. Do ponto de vista institucional, editorial e cultural *oficial*, por regra, a sobrançaria da normativa ILG-RAG é absoluta. Ora, existem sinais certos que apontam cara a emergência de fendas e a aparição de posturas discrepantes. Nesse sentido têm-se manifestado pessoas relevantes do ponto de vista da engrenagem das instituições, ou significativas autoras e autores que, utilizando a norma vigente, acreditam na unidade essencial do galego-português e acham inapropriado o padrão linguístico atual. Também parece cada vez mais evidente a existência duma maré de fundo que ruma a escrita cara o reintegracionismo nas suas duas possíveis expressões: a norma do Acordo Ortográfico e a norma da Associação Galega da Língua. Finalmente, resulta cada vez mais difícil entender o posicionamento de importantes setores do mundo editorial galego que, mostrando-se opostos a todo o que atinge ao achegamento ao mundo luso-afro-brasileiro, privadamente reconhecem que a razão está na banda da vizinhança à grafia histórica do galego. Resulta surpreendente esta decisão num momento de crise, no que as ajudas à edição em galego se acham fortemente restritas.

É claro que, dentro da lógica econômica do capitalismo, a atenção para as línguas menos faladas e, em geral, para as minorias, é, de regra, além das proclamações formais, um assunto de mui cativa importância. Para um sistema que tem como principal

objetivo, e quase único, a obtenção de benefícios, o número de utentes numa língua só deve ser considerado se esta linguagem facilita o fluxo rápido de capitais. Neste sentido, só as línguas faladas por um grande número de pessoas, ou seja, as chamadas “grandes línguas”, vão se tornar rendosas à hora de levar a cabo um balanço contável, atividade que a economia situa em primeiríssimo plano e que o Estado pratica de forma sistemática para a vantagem dos seus próprios propósitos, porque, em realidade, do ponto de vista do Estado, também o fato linguístico está inserido na lógica do parlamentarismo e do número. É neste contexto onde se mostra operacional para o Estado, como mecanismo de dominação, o conceito de *língua minoritária*, já assinalado acima. Esse mesmo conceito tem um claro impacto sobre as avaliações que os utentes têm da língua e de fatores vizinhos a ela, como são a autoestima e outros semelhantes. Assim, a tríade linguagem, identidade, nação, é moldada como uma característica fundamental no fortalecimento dos processos de autodeterminação, nos quais resulta crucial “the unveiling an often invisible Europe of minority languages and their struggles”¹².

Sobre os alicerces anteriores, *Da identidade à norma* reflete, no momento presente, sobre a questão concreta da construção da identidade nacional galega através da imprensa digital escrita integralmente no idioma do país, analisando as relações existentes entre língua, identidade e padrão linguístico e partindo da ideia de que o idioma constitui um fator importante. Como eixo de guia da nossa reflexão é justo sinalarmos a influência que exerceu o pensamento relativamente à *identidade*, a *diferença*, o *universal* e a *igualdade* do filósofo francês Alain Badiou.

Como se apontou, o caráter de *língua minoritária* atravessa toda a reflexão oficial que na Galiza se desenvolve sobre o nosso idioma. Neste sentido, o trabalho salienta que o galego não deve ser locado nesta categoria, por uma dupla razão: por uma parte, por não o ser no interior do país no que nasceu e polo fato de que ainda hoje, após séculos de subordinação e marginalização,

12 Zabaleta, I. et al. (2013) “Website Development and Digital Skill: The State of Traditional Media in European Minority Languages”, em *Internatinal Journal of Communication* 7, 1641-6

apresenta uns graus de conhecimento e uso do seu idioma que o situam no âmbito do majoritário. Por outra, porque se julgarmos o galego como o que em realidade é para nós, uma pola do tronco luso-galego-afro-brasileiro, resulta uma língua falada por 270 milhões de pessoas em quatro continentes, a quinta língua em número de falantes do mundo e, portanto, afastada de qualquer consideração que tenha a ver com a ideia de minoria.

Esse caráter de língua majoritária bate com a perspectiva do Estado espanhol que, através da ideologia autonomista, atualização do regionalismo serôdio franquista, acumula barreiras ao idioma próprio. Nesta perspectiva deve-se sinalar a proposta duma normativa que toma como referência o espanhol, desprezando a norma atual da lusofonia, ou a nomeação do país pola forma Galicia, que rompe –como demonstrou o trabalho de Montero Santalha– a tradição histórica galego-portuguesa, a qual utilizou o nome de Galiza, como hoje o segue a fazer a área luso-afro-brasileira. Do nosso ponto de vista, a escolha dessa opção padronizadora ajuda a encaminhar o galego cara um beco sem saída. É preciso sublinharmos, porém, com absoluta claridade que, obviamente, a escolha duma norma linguística não é o elemento que situa o galego na posição de dependência na que se acha. Ora, deve-se convir que a norma cumpre uma função *simbólica* de grande importância, afastando o galego do seu entorno natural e contribuindo para a sua depreciação, bem como para a dificuldade de atingir o necessário prestígio social. Que a padronização fica fortemente ligada à política é comprovável na história francesa, russa, chinesa, grega, vietnamita ou basca, por assinalar apenas uns poucos exemplos.

Tentando mergulhar-se na supracitada relação entre padrão linguístico e autenticidade, limpeza, ou correção do galego, o trabalho pesquisa na possibilidade de existir alguma relação entre padrão linguístico e qualidade idiomática. Quer dizer, pesquisar se –por pormos exemplos concretos– a escolha do sufixo *-bel* frente a *-ble*, a forma *Galiza* frente a *Galicia* ou *segunda-feira* antes do que *luns*, estão correlacionadas com uma colocação mais correta dos pronomes na frase, um menor número de castelhanismos ou uma menor confusão no que se refere à alocação do gênero gramatical.

Afiançando nestes esteios, leva-se a cabo o estudo de quatro publicações digitais diárias escritas integralmente em galego, tentando analisar as diferenças que apresentam entre elas no que diz respeito a construção identitária, nomeadamente no que atinge a língua. Aqui utiliza-se o termo “construção” no sentido clássico de Gaye Tuchman, autora para a qual –o mesmo que para outros autores que se situam na mesma linha– a realidade –e, em particular, a realidade jornalística– é um *construto* intelectual que obedece diferentes pontos de vista, ditados, em último extremo, pola ideologia. Essa inclinação ideológica será a responsável de que, entre o amplo leque de fatores que conformam a realidade, emissora de sinais polissêmicos, uns sejam escolhidos e outros rejeitados. As quatro publicações estudadas são *Galicia Confidencial*, *Galicia Hoxe*, *Praza Pública* e *Sermos Galiza*, que abrangem um amplo espectro cultural e político que vai desde o independentismo, o soberanismo ou o nacionalismo, até o centralismo autodefinido como autonomista. Ainda sendo manifesta a existência doutras publicações além das quatro sinaladas, decidiu-se prescindir delas por motivos que se relatam no texto e que têm a ver com a representatividade da mostra.

Destarte, levou-se a cabo um estudo sobre todas as notícias, artigos de opinião, editoriais, etc. que apareceram nos quatro jornais sinalados, no período compreendido entre o 1 e o 31 de março de 2013. Sobre esse material cuja extensão, se for disposto em forma de livro, deitaria um volume que ultrapassaria amplamente as duas mil páginas, fez-se uma exame comparativa. Examinaram-se certas questões –importantes, mas não constituintes do núcleo do trabalho– como o tratamento do gênero, ou a importância dada às diferentes seções que configuram a realidade. Neste sentido, resulta notável a cisão entre as duas visões de construção da realidade: por uma parte, acha-se a terna formada por *Galicia Confidencial*, *Praza Pública* e *Sermos Galiza* e, por outra, a constituída por *Galicia Hoxe*. Com efeito, a orientação ideológica das diferentes publicações marca, de forma muito clara, as suas distintas interpretações e preferências no que diz respeito a seleção de notícias, organização das mesmas e destaques.

Embora o anterior, o estudo centrou-se essencialmente na análise da qualidade idiomática. Cremos poder estar em condições de afirmar que, no contexto jornalístico no que se desenvolveu o estudo, este deita a conclusão que se poderia estabelecer na fórmula *a mais (galego)português, melhor galego*, quer dizer, quanto maior é o recurso a fontes portuguesas, maior qualidade idiomática apresentam, *duma perspectiva exclusivamente galega*, os textos redigidos, mesmo, como é a situação que se descreve, no caso de publicações que aceitam a vigente normativa do Instituto da Língua Galega–Real Academia Galega.

À hora de estabelecer balanços, é preciso considerar muito atentamente a camada social analisada, constituída por um segmento da população que se poderia situar num abano definido por qualificativos que iriam de “ilustrada” a “elite intelectual” e que está formada por cento e médio de pessoas com titulações de graus, licenciaturas e doutoramentos, acostumada ao uso escrito da língua galega e, questão muito importante, teoricamente alfabetizada em galego, pelo menos no caso de pessoas de menos de trinta e cinco–quarenta anos. Os resultados, atendendo o setor social considerado são, em grande medida, decepcionantes e, em volta deles, devem-se fazer algumas observações.

Em primeiro lugar há que salientar a situação anormal que o galego vive no seu próprio país, vítima do assédio por parte do idioma dominante, que num tempo se manifestou em forma de “pax fraguiana” e que hoje –provavelmente como resposta à vagarosa, mais progressiva, tomada de consciência linguística por certos setores populacionais– se mostra com muita maior brutalidade. É inimaginável que os resultados apanhados aqui se dessem na imprensa escrita, na própria Galiza, em espanhol. Deste ponto de vista, deve-se concluir a radical ineficácia do sistema de ensino, incapaz de dar formação adequada em galego e de satisfazer, portanto, uma das funções básicas que tem confiadas. Hoje, e articulado baixo o relato já visto da *imposição*, o atual sistema de ensino garante –ao pé, naturalmente, da dinâmica social– a competência linguística em espanhol e não em galego. O intento de correção de tal situação constituído polas galescolas foi radicalmente amputado pelo partido que hoje governa a Galiza que, baseando-se de novo na ideia de *imposição*, decidiu

suprimi-las. É necessário salientar igualmente que, desde a instauração do sistema autonômico, há 35 anos, o Partido Popular governou durante 29 anos, quer dizer, quase o 90% do total e, portanto, a responsabilidade que será preciso outorgar-lhe no estado atual da língua será também quase toda sua.

Em segundo termo deve-se sublinhar que no horizonte tampouco não se percebe uma reação majoritária –sublinhemos o termo majoritária– na sociedade que possa pôr freio à política agressiva do Partido Popular, dirigida, conscientemente, à eliminação da língua. Portanto, a outra quota de responsabilidade recai sobre uma parte da própria urdume social, embora, achamos, o nível de sensibilização sobre esta questão tenha crescido. E neste caso, as páginas precedentes deitam, –pensamos– um possante feixe de luz sobre as e os utentes do idioma escrito. Existe, na maioria do setor que colabora nos mídia analisados –com honrosas exceções, como amiúde ocorre– uma dose estranhamente alta de falta de rigor, de compromisso com a língua que utilizam, de não pensarem que o idioma precisa um grau maior de aperfeiçoamento. E isto é assim porque, na esteira de Torres Feijoo, simplesmente não necessitam um idioma aperfeiçoado. Porque no fundo, é escasso o setor social que acredita na realidade da vontade normalizadora, em primeiro lugar, o duma classe política, encabeçada por Núñez Feijoo, e seguida por, praticamente, toda a representação do leque parlamentar, nos seus níveis nacional, provincial e local que ferem de morte, diariamente, com muito escassas exceções, a nossa língua. Dentro deste setor existem posições de indiferença perante o idioma, que fazem uso dele com radical hipocrisia, e outras que seguem a exercitar a posição que Leandro Carré denunciava em 1918, consistente em falar o idioma, independentemente da qualidade utilizada.

Deve-se afirmar com rotundidade que seria injusto, para além de falso, fazer culpável de todas as eivas das que adoce o galego à norma vigente. Ora, entre as conclusões que este inquérito deita, semelha certo que existe de alguma maneira um paralelismo entre o seguimento fiel –e normalmente acrítico– da norma ILG-RAG e a formação dum tipo de expressão que se poderia qualificar não como ser galego em si, mas ser uma categoria de

galego pertencendo a Espanha. Por dizê-lo com outras palavras, se este processo progredir, a forma de escrever-se o galego numa grande parte da imprensa analisada, seria a forma específica do espanhol da Galiza. Insistamos de novo: sem pretendermos dizer que a única responsabilidade da perigosa deriva do galego seja *a norma oficial*, havemos, porém, de admitir que ela *contribui simbolicamente de maneira importante a tomarmos como referência o sistema linguístico e cultural espanhol*, em prejuízo do galego, pois queira-se ou não, o tomar como referente o espanhol leva o galego para um corredor letal. Tomar, às avessas, o sistema afro-luso-brasileiro, por dizê-lo com ironia camponesa, “mal não lhe faz”, ainda que, em realidade, acreditemos que lhe faz muito bem. Quando escolhemos dizer (e moveremos-nos agora mesmo dentro da norma ILG-RAG) “principio de incertidume” e não “principio de incerteza”, “desviación típica” e não “desvio padrón”, “pendente” e não “declividade”, “seda dental” e não “fio dentário”, “medio ambiente” e não “ambiente”, “delito medioambiental” e não “crime ambiental”, “moción de censura” e não “moción de rexeitamento”, “relatividade restrinxida” e não “relatividade restrita”, “vento do sueste” e não “suestada”, “medallista olímpica/co” e não “medallada/do olímpica/co”, “seguindo a Gramsci” e não “na esteira de Gramsci”, “variación” (no sentido matemático do termo) e não “arranxo”, “escano” (no sentido parlamentar) e não “cadeira” ou “cloruro” e não “cloreto”, assim como outros centos mais de casos que podíamos acrescentar, não parece fácil apoiar a ideia de que o projeto não seja a construção dum idioma muito semelhante ao espanhol.

A hipótese de deturpação do idioma em proporção direta ao seguimento da norma da Academia vê-se confirmada dramaticamente polos resultados obtidos na pesquisa presente. Com efeito, a partir da análise dos erros podem-se estabelecer dous tipos de conclusões, atingindo a relação entre ideologia e língua. A perspectiva ideológica não deita muitas dúvidas para situarmos as opções conservadoras como as mais defensoras da norma oficial. Pois bem, justamente é, como se salientou, esta escolha que apresenta um idioma mais estragado, menos identificável como galego e, mesmamente, recolhendo às vezes expressões literais em espanhol. Aliás, o que se situa com mais decisão nos âmbitos

do progresso e afro-luso-brasileiro, é o que apresenta um idioma menos danificado e contaminado por formas e estruturas castelhanas. Já dum ponto de vista quantitativo, resulta em verdade significativa a altíssima correlação existente entre a qualidade linguística e a utilização do termo *Galiza*, o mesmo que ocorre com o caso da *flexão do infinitivo–futuro de infinitivo*. É por isso que, relativamente à norma linguística empregada, pode-se sinalar que é certa a sentença, muitas vezes lembrada na bibliografia, do professor Carvalho Calero: “o galego ou é *galego-português* ou é *galego-castelhana*”. Achamos que, no que diz respeito à prensa generalista digital escrita em galego, é notavelmente correta esta afirmação e tememos que também o seja se considerarmos âmbitos mais gerais. Mas isso seria objeto de outro trabalho diferente.